

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARLI BARBOSA GUTERRES

MOBILIZANDO PARA A PARTICIPAÇÃO A REDE SOCIOASSISTENCIAL DA  
ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO:  
UMA INICIATIVA NO PROJETO CIDADANIA.COM

SÃO LEOPOLDO

2014

Marli Barbosa Guterres

MOBILIZANDO PARA A PARTICIPAÇÃO A REDE SOCIOASSISTENCIAL DA  
ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO:  
uma iniciativa no projeto cidadania.com

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social, pelo Curso de Serviço Social da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Rosângela da  
Silva Almeida

São Leopoldo  
2014

## **AGRADECIMENTOS**

Conclui-se aqui a trajetória acadêmica, na qual contei com a colaboração de pessoas que foram muito importantes nessa caminhada, por isso agradeço à equipe do Projeto Cidadania.com, colegas que serão sempre lembradas com muito carinho Gislaine Lima, Fátima Machado, Nicole Sielischow, Helena Bueno, junto com a Assistente Social Tatiana Lima que esteve sempre presente e atenta a tudo, me orientando durante o estágio. À Marla Khun, professora de estágio, que nunca me faltou nos momentos de dúvidas, à Assistente Social Gicela, pela oportunidade de desvelar o objeto de minha intervenção no CRAS, onde tem a função de coordenadora, e, finalmente, à minha orientadora de trabalho de conclusão de curso Professora Doutora Rosangela da Silva Almeida pela paciência, comprometimento e profissionalismo, que conduziu a orientação do mesmo. Meu agradecimento também à minha amada filha Vanessa por participar de momentos de grande conflito emocional, me dando alento e calma para que conseguisse esse momento de realização.

## **RESUMO**

Este trabalho é um relato de experiência que proveio da inserção da estudante no projeto da Unisinos, Cidadania.com, como parte da formação profissional em Serviço Social nos estágios curriculares I e II. Nessa inserção, desenvolveu-se uma oficina que objetivou contribuir para o enfrentamento dos limites postos à participação efetiva nos espaços da rede socioassistencial numa perspectiva de controle social. Desse modo, tem-se como objeto de estudo fazer uma reflexão sobre a não participação dos representantes das instituições governamentais e não governamentais na rede socioassistencial nas reuniões mensais da zona oeste do município de São Leopoldo. Para concluir, ressalta-se que devem ser mantidas as reuniões com participação dos representantes das instituições da rede, repetindo a metodologia de mobilização que foi aplicada para a criação da oficina, pois como se percebeu, a estratégia de mobilização aumentou o número de participantes nas reuniões da rede sócio assistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS.

Palavras-chave: Projeto Cidadania.com. Participação. Rede Socioassistencial.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	<b>6</b>
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	6
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	6
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>7</b>
<b>2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS</b> .....	<b>7</b>
2.1.1 <i>A Gestão da Política de Assistência Social: o SUAS</i> .....	7
2.1.2 <i>A Rede Socioassistencial no SUAS</i> .....	10
<b>2.2 A PARTICIPAÇÃO E A NÃO PARTICIPAÇÃO NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO/RS</b> .....	<b>13</b>
<b>3 MOBILIZANDO A REDE SOCIOASSISTENCIAL DA ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO: UMA INICIATIVA NO PROJETO CIDADANIA.COM</b> .....	<b>19</b>
3.1 A OFICINA CIDADANIA.COM: FORTALECENDO E ASSESSORANDO A REDE OESTE DE SÃO LEOPOLDO .....	22
3.1 O PROCESSO DA OFICINA CIDADANIA.COM: FORTALECENDO E ASSESSORANDO A REDE OESTE DE SÃO LEOPOLDO.....	25
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>28</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO/PESQUISA</b> .....	<b>30</b>
<b>APÊNDICE B – CONVITE</b> .....	<b>31</b>
<b>APÊNDICE C - CARTAZ ELABORADO PELO GRUPO</b> .....	<b>32</b>
<b>APÊNDICE D – SUBGRUPO: DEBATE E ELABORAÇÃO DO CARTAZ</b> .....	<b>33</b>
<b>APÊNDICE E - AVALIAÇÃO FINAL</b> .....	<b>34</b>
<b>ANEXO A - CITAÇÕES DOS PENSADORES</b> .....	<b>35</b>
<b>ANEXO B - ATA SOBRE A INTERVENÇÃO</b> .....	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre o tema da participação na rede sócio assistencial. Para tanto, trata-se de um relato de experiência que proveio da inserção da estudante no projeto da Unisinos, Cidadania.com, como parte da formação profissional em Serviço Social nos estágios curriculares I e II. Nessa inserção, desenvolveu-se uma oficina que visou a contribuir para o enfrentamento dos limites postos à participação efetiva nos espaços da rede socioassistencial numa perspectiva de controle social. Desse modo, tem-se como objeto de estudo fazer uma reflexão sobre a não participação dos representantes das instituições governamentais e não governamentais na rede socioassistencial nas reuniões mensais da zona oeste do município de São Leopoldo.

A participação social tornou-se um direito reconhecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, como resultado da luta dos movimentos sociais, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, abrindo a gestão pública a novos atores sociais. O exercício da cidadania dá-se através da participação dos cidadãos no município. “O efetivo exercício da cidadania vincula-se à democracia participativa, que por sua vez encontra-se relacionada à constituição, seus princípios e regras. Tal correlação a essência da legitimidade”. (COPATTI, 2010 p.88).

O presente trabalho visa, justamente, a demonstrar que os cidadãos têm condições de exercer a cidadania no poder local, inserindo-se nos conselhos, participando das conferências e também nas reuniões da rede socioassistencial. É através desse contato no Município, onde a proximidade de suas vidas com a realidade é insuperável e indiscutível. Justifica-se tendo em vista o esclarecimento sobre a importância da participação da sociedade como um todo, nos espaços de controle social, porque é dessa forma que os cidadãos exercem seu direito e sua cidadania (COSTA, 2011). A “Participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”. (DEMO, 1996, p. 19-20).

Cada vez mais se discute sobre cidadania, e a mesma vem emergindo com mais força, fazendo surgir questionamento sobre qual seria a melhor maneira de torná-la uma cidadania atuante, para que houvesse a possibilidade de ser exercida por todos, superando a submissão a grupos, a governos e interesses de alguns. Uma cidadania organizada leva ao Estado suas necessidades e possibilita um maior alcance de conquistas, uma elevação do interesse dos indivíduos. E, neste contexto,

a ideia de cidadão passa a ser apresentada não apenas como aquele que participa dos negócios da cidade, mas como aquele que interage com o meio em que vive, que se interessa por um melhor desenvolvimento, não apenas econômico, mas, principalmente, social.

O presente estudo não tem pretensão de esgotar o debate sobre a participação, mas ensejar um pensar crítico sobre a temática, a partir da experiência de estágio da autora. Desse modo, o trabalho está dividido da seguinte forma: abordam-se os objetivos, seguidos do referencial teórico, legal e político, que dá base para a compreensão e explanação da experiência vivenciada no estágio no projeto Cidadania.com. Inicia-se com uma breve discussão sobre política de assistência social e o SUAS, abordando a Rede Socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS. Dando seguimento, traz-se um relato de experiência, que é a Oficina “Cidadania.com: fortalecendo e assessorando a rede oeste de São Leopoldo”. Por fim, fazem-se considerações finais, destacando-se a importância de ações que mobilizem a rede socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS.

## 1.2 OBJETIVOS

### *1.2.1 Objetivo Geral*

- Dissertar sobre temática da participação, a partir experiência da oficina realizada pela estagiária no projeto Cidadania.com; em uma reunião da Rede Socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Refletir sobre a não participação dos representantes das entidades na rede socioassistencial na região oeste de São Leopoldo;
- Relatar a experiência da oficina realizada pela estagiária no projeto Cidadania.com;

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS

Neste capítulo, faz-se uma breve explanação sobre a Política de Assistência Social e o SUAS, dando ênfase à discussão sobre a rede socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS.

Entende-se por Política social as ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa.

A Política de Assistência Social no Brasil faz parte do Sistema de Proteção Social mais amplo, denominado Seguridade Social, um avanço na área considerando sua trajetória histórica marcada por ações pontuais, dispersas e descontínuas e, muitas vezes, executadas pelas organizações filantrópicas.

A Política Pública de Assistência Social (PNAS) realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento à garantia dos mínimos, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, os objetivos são: (i) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, (ii) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural, e (iii) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. Com esta definição sobre a Política Nacional, temos uma legislação a ser cumprida, e é nos moldes do PNAS que o município de São Leopoldo tem caminhado para a efetivação das políticas públicas no município.

#### *2.1.1 A Gestão da Política de Assistência Social: o SUAS*

Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi regulamentado pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS em 2005 e, por isso, demarca um avanço significativo da assistência



social como política pública, como política de Estado mais do que política de governos. A política de assistência social passa a considerar as desigualdades socioterritoriais, o desvelamento e o respeito às diferenças locais (étnico-culturais), à realidade dos municípios por porte, definindo também a construção da rede de serviços regionais/territoriais inseridos na proteção social especial.

Nessa perspectiva, é importante trazer a compreensão de SUAS:

O conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social restados diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo compartilhada que divide Responsabilidades para regular, manter e expandir as ações da Assistência Social. (SPOSATI, 2006, p. 130)

O Sistema Único de Assistência Social foi regulamentado pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS em 2005, o que demarca um avanço significativo da assistência social como política pública e como política de Estado mais do que como política de governos. A política de assistência social passa a considerar as desigualdades socioterritoriais, o desvelamento e o respeito às diferenças locais (étnico cultural), a realidade dos municípios por porte, definindo também a construção da rede de serviços regionais/territoriais inseridos na proteção social especial.

Estabelece como diretriz a centralidade da rede primária, da família para a concepção e da implementação da gestão de serviços (benefícios, serviços, programas e projetos) para assegurar a convivência familiar e comunitária.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Atua como modelo de gestão participativa, articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, os quais participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Do mesmo modo, todos os Estados, comprometidos com a implantação de sistemas locais e regionais

de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e cofinanciamento propostos, assinaram pactos de aperfeiçoamento do Sistema.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

A proteção social básica tem por objetivo prevenir a violação dos direitos, enquanto que a proteção especial atua quando os direitos já foram violados. Ambos os níveis de proteção têm nas suas ações centralidade na família. “A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social”. (BRASIL, 2005, p. 22).

São eixos estruturantes da gestão do SUAS:

a. precedência da gestão pública da política; b. alcance de direitos sócio assistenciais pelos usuários; c. matricialidade sócio familiar; d. territorialização e. descentralização político-administrativa; f. financiamento partilhado entre os entes federados; g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; h. valorização da presença do controle social; i. participação popular/cidadão usuário; j. qualificação de recursos humanos; k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados. (BRASIL, 2005, p.14)

O SUAS engloba a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

A gestão das ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais, que desempenham importante trabalho de controle social. As transações financeiras e

gerenciais do SUAS contam, ainda, com o suporte da Rede SUAS, sistema que auxilia na gestão, no monitoramento e na avaliação das atividades.

Enfatiza-se que é importante nesse processo compartilhar o poder, assegurar a cidadania, consolidar a democracia, construir a justiça social e identificar espaços para o seu exercício. (OLIVEIRA, 2008. p. 11).

Essas noções favoreceram a compreensão do controle social na área da assistência social, como processo permanente de participação popular e cidadã, na formulação, deliberação, gerenciamento financeiro, acompanhamento da execução e avaliação da política pública de assistência social —, através da esfera pública e de espaços públicos democráticos, constituindo-se uma mediação necessária à superação das desigualdades sociais e construção da justiça social.

### *2.1.2 A Rede Socioassistencial no SUAS*

Pensar em rede nos faz remeter a um conjunto de sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa em torno de objetivos comuns. E, no plano das políticas públicas, a rede socioassistencial constitui-se de ação articulada e integrada, visando o apoio e a proteção social, destinadas aos usuários dos serviços sociais, através da proteção e atendimento aos seus direitos. (MUSSI, 2014).

A dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania: considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços. (NOB/SUAS, 2005, p. 19)

Ações pontuais e desarticuladas não conseguiram, e nunca conseguirão, alterar a dinâmica das vulnerabilidades sociais a que os usuários dos serviços sociais ficavam e ficam sujeitados. Faz-se necessário e imprescindível ter uma visão mais ampla. Esse conhecimento potencializará a ação da rede de atendimento com o usuário da política social.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e uma nova forma de organização e de ação (como rede). [...] uma nova visão do processo de mudança social — que considera fundamental a participação cidadã e da forma de organização dos atores sociais para conduzir o processo. [...] contém significados ideológicos e simbólicos e comportam resultados sociais políticos. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23)

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência social Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, básica e especial e ainda por níveis de complexidade, assim como determina a NOB SUAS (BRASIL, 2005).

De acordo Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS. (RESOLUÇÃO 16/2010),

- a) oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias;
- b) caráter público de co-responsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de Assistência Social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos;
- c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda;
- d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica, por intermédio de unidades de referência e para a rede de proteção social especial por centrais de acolhimento e controle de vagas;
- e) territorialização da rede de Assistência Social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais;
- f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental;
- g) referência unitária em todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais. (BRASIL, 1993).

#### 2.1.2.1 A Rede Socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS

A rede socioassistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS derivou da ação do poder público, através da Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social – SACIS e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/OESTE, juntamente com as instituições da rede socioassistencial do município de São Leopoldo no ano de 2006, com equipe PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, terceirizada pelo Circulo Operário Leopoldense – COL, propôs-se a elaborar uma cartilha com informações sobre os serviços e atendimento da rede, para isso fizeram um referenciamento em *locus* através de uma busca ativa às instituições.

Alguns meses depois, nesse mesmo ano, foi instituído na região o CRAS/OESTE, quando passou a atender as famílias residentes, definidas através do mapeamento da divisão do município segundo o Orçamento Participativo, que compreende os bairros Vicentina, São Miguel e São João Batista. Já no ano de 2010, a rede obteve um significativo avanço, passando as reuniões a serem descentralizadas, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

As reuniões da rede possibilitam o fluxo de informações e o conhecimento acerca dos espaços institucionais, vislumbrando assim a realidade de cada ator pertencente à rede socioassistencial, pois o tema de rede já está incorporada no discurso da política social. A cartilha produzida demonstra o esforço coletivo de muitos atores sociais pertencentes à Rede Oeste, sendo que, com a elaboração da mesma, foram demonstradas as bases e as novas formas de organização e de relacionamento entre a sociedade civil com o poder público.

A partir desta concepção e pelo esforço coletivo daquela Região, passaram a discutir em rede a necessidade de ter um documento que explicitasse cada espaço público, seu atendimento e as formas de acesso, surgindo desta forma este “guia”, para que se constituísse em mais um instrumental que visasse a contribuir para a efetivação dos direitos fundamentais, garantindo condições de vida digna para o ser humano, fazendo-se valer os direitos sociais e o pleno exercício da cidadania – exercício que, num contexto contemporâneo, se caracteriza pela prática democrática e acesso iguais aos direitos.

Nesse sentido, a produção deste guia buscou instrumentalizar a todos os cidadãos o acesso aos serviços oferecidos na rede socioassistencial, visando agilizar e qualificar o atendimento à população do município de São Leopoldo.

A Rede oeste é composta pelos bairros São Miguel, São João Batista e Vicentina e abriga em torno de 21.000 habitantes, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O CRAS está presente na região desde junho de 2006. De acordo com as informações do Guia *on-line* Cidadania.com (2010), a região apresentava 15 instituições cadastradas, sendo 66% de caráter governamental, 20% não governamental, 7% comunitário e 7% movimentos sociais.

O bairro Vicentina foi selecionado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) como Território de Paz, onde estava previsto

um conjunto de 13 ações do PRONASCI, visando o combate e prevenção à criminalidade. Dessas, oito ações já estavam sendo realizadas. Mulheres da Paz: foram selecionadas 200 lideranças femininas, que foram capacitadas para atuarem na prevenção e redução das violências, criando condições para o resgate da juventude, além de campo de futebol, pistas de corrida, área de ginástica e centros de convivência da terceira idade. Microprojetos de Cultura: iniciativas sócio culturais de artistas, grupos independentes, pequenos produtores, grupos étnicos e de tradição cultural serão financiados para desenvolver suas propostas.

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO E A NÃO PARTICIPAÇÃO NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO/RS

Para Stotz (2009), conceito genérico de “participação” usado na Sociologia com o sentido de: a) integração, para indicar a natureza e o grau da incorporação do indivíduo ao grupo, e b) norma ou valor pelo qual se avaliam tipos de organização de natureza social, econômica, política, etc. (RIOS, 1987).

O primeiro é o sentido amplo do termo e assinala a importância da adesão dos indivíduos na organização da sociedade. Do ponto de vista sociológico, participação é um conceito relacional e polissêmico, pois remete tanto à coesão social como à mudança social. A participação implica comportamentos e atitudes passivos e ativos, estimulados ou não. Na medida em que a ação mobiliza o sujeito do ponto de vista emocional, intuitivo e racional, a participação pode ser entendida como um princípio diretor do conhecimento, variável segundo os tipos de sociedade em cada época histórica.

No segundo sentido, mais estrito e de caráter político, participação significa democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios em uma dada sociedade. Representa a consolidação, no pensamento social, de um longo processo histórico. Para os atenienses do século V a.C., a participação na *pólis* (cidade) era uma exigência da democracia (governo do povo, *demos*), independentemente do saber de cada um dos cidadãos sobre os assuntos de governo.

Participação das pessoas significa tirar das mãos de poucos e colocar nas mãos de muitos o poder de decidir os rumos da nossa sociedade. Que cada vez mais gente (centenas, milhares, milhões de pessoas) desperte para o exercício da

participação social, mas não basta só ter muitas pessoas, é preciso que o movimento se espalhe envolvendo indivíduos diferentes. Afinal, a sociedade é formada por pessoas diferentes. E os problemas sociais, que são de todos, devem ser resolvidos por todos.

Delinear o conceito de participação, afim de retirar-mos dele o tom vago que muitas vezes o envolve. Dizemos que participação é conquista para significar, que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser sempre que se fazendo, assim participação é uma essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (DEMO, 1988, p. 18)

Assim, a participação de todos os setores sociais (poder público, sociedade civil I e setor privado), de crianças, jovens e adultos, de mulheres e homens, negros, brancos e gente de todas as etnias tende a enriquecer e dar mais efetividade a qualquer movimento.

DEMO (1988) afirma que muitas desculpas são justificção do comodismo já que participação supõe compromisso, envolvimento presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo não pode ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado.

À medida que cada vez mais e diferentes pessoas aderem ao movimento, o tecido social que vai se formando deve ficar cada vez mais resistente e forte. A criação de redes, fóruns e organizações muitas vezes serve para isso.

Rede conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social Rede prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações da assistência social (SPOSATI, 2006, p.130)

A palavra “participação” hoje é muito empregada nas falas dentro dos grupos, nos meios de comunicação ou instituição. Mas quando se chega um pouco mais próximo ao que essa realidade poderia, ou deveria significar, percebemos que há uma profunda mistificação com respeito à sua concretização.

Existem ao menos três tipos de participação: participação no planejamento, participação na execução à participação nos resultados. O que se constata é que a maioria das pessoas participa, sim, mas em apenas alguns aspectos.

Assim, por exemplo, a participação dos cidadãos na execução das tarefas é completa e total: entram de corpo inteiro. São eles que fazem tudo! Chegam a trabalhar 10 horas por dia. Contrariamente ao que muitos meios de comunicação dizem, o povo brasileiro, em média, é um dos que mais horas trabalha numa semana. (SILVEIRA, 2008, p. 2)

Quanto à participação nos resultados, vemo-nos diante de uma perplexidade: enquanto que em alguns países a diferença máxima entre o que mais ganha e o que menos ganha é de cerca de seis vezes, no Brasil essa diferença chega a mais de mil vezes. De acordo com Oliveira e Pinheiro (2010), fica-se espantado de quanta importância determinadas pessoas possuem para chegar a ganhar mil vezes mais do que aquele que ganha apenas o salário mínimo. E a participação no planejamento? Pois aqui está o segredo de tudo. É através da participação no planejamento que se decide sobre os outros dois tipos de participação: no planejamento decide-se quem faz e quem fica com os resultados.

E é exatamente aqui que a maioria das pessoas é excluída, sendo apenas alguns iluminados que são convidados a decidir. O ser humano distingue-se dos animais exatamente nesse ponto: ele é capaz de fazer um projeto, de decidir de antemão o que irá fazer ou construir (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

O cidadão tem em sua mente as diversas possibilidades dentro das quais a história vai se fazer. Muitos podem argumentar que todos nós participamos no planejamento à medida que somos chamados a votar. É a chamada democracia representativa. Elegemos nosso representante, e ele vai decidir por nós.

A maioria das pessoas de quatro em quatro anos confia seu voto e depois esquece de monitorar seu candidato. Na maioria das vezes, essas pessoas nem sabem mais em quem votaram. Essa democracia participativa está, na verdade, em descrédito em quase todo o mundo. Constata-se que não é eficiente. Muito diferente seria o que hoje em dia se passou a chamar de democracia participativa, que consiste em montar estratégias em que as pessoas são chamadas, o máximo possível, a participar no planejamento e nas decisões da comunidade. Exemplo clássico disso é o orçamento participativo, já em prática em muitos municípios e até



num Estado. Ano a ano a comunidade é chamada a discutir as prioridades da comunidade e a eleger os que irão decidir sobre a execução das obras. Há um envolvimento do maior número de pessoas possível. Ano a ano discutem e rediscutem sua vida, suas práticas e tomam decisões.

Essa é a democracia participativa: no momento em que para, deixa de existir, exigindo dos governantes e dos cidadãos uma contínua participação e vigilância.

Conforme Demo (1996), tudo aponta nesse caminho para a chamada democracia participativa, buscando a interação entre o econômico e o político, sua formulação jurídica, possibilitando à sociedade o seu poder de controle.

É tendo o entendimento da participação num sentido amplo que se traz um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993:

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. (CÓDIGO de Ética Profissional do/a Assistente Social, 1993, p. 3)

Conforme os parâmetros de atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, criados pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço social), a política de assistência social é direito do cidadão de assegurar as condições técnicas e éticas para o exercício do trabalho do assistente social. Para isso, deve-se entender que assistência social não é uma política exclusiva de proteção social, deve sim estabelecer um sistema de proteção social, na área da Seguridade Social.

Os assistentes sociais devem possuir competências no âmbito da assistência social e, com base nelas, deve materializá-las da seguinte forma: realizar pesquisas para identificar as demandas e reconhecer as situações de vida das populações que auxiliem a formulação dos planos de assistência social; elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacionais da assistência social; favorecer a participação dos usuários e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público e do plano de assistência social; acionar os sistemas de garantia de direitos; entre outros. Essas intervenções são importantes para que os atendimentos do CRAS não se resumam a um atendimento emergencial e estabelecer relação entre público e privado.

O trabalho do assistente social requer um trabalho interdisciplinar englobando as políticas de saúde, previdência, educação, meio ambiente, trabalho, segurança e outras para que haja mediação do acesso dos cidadãos aos direitos sociais.

São estes parâmetros que balizam a defesa da Seguridade Social, entendendo que esta deve incluir todos os direitos sociais previstos no artigo 6 da Constituição Federal (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e Assistência Social) de modo a conformar um amplo sistema de proteção social, que possa responder e propiciar mudanças nas perversas condições econômicas e sociais dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as). A Seguridade Social deve pautar-se pelos princípios da universalização, da qualificação legal e legítima das políticas sociais como direito, do comprometimento e dever do Estado, do orçamento redistributivo e da estruturação radicalmente democrática, descentralizada e participativa.

A rede socioassistencial da zona oeste de São Leopoldo conta com a participação dos cidadãos e representantes das instituições que se localizam nos bairros Vicentina, São Miguel e São João Batista. A importância dessa participação é trazer para as reuniões da rede da região oeste as expressões da Questão Social que se apresentam nos espaços que os participantes estão inseridos. É fundamental para que se consiga a melhoria das ações e serviços no território tanto em nível individual como coletivo, assim a estratégia de articulação da rede potencializa e promove a organização comunitária facilitando o empoderamento do cidadão. Conforme Pedro Demo (1988), processos participativos acentuam a cidadania organizada, não a individual, por mais que essa também tenha sua razão de ser. A organização traduz um aspecto importante da competência democrática, por coerência participativa, bem como estratégia de mobilização e influencia. Não interessar-se por formas de participação organizada significa uma visão ingênua do processo social, porque por mais crítica que seja a cidadania individual, não quer dizer que tenha relevância social como estratégia de transformação. No início do ano de 2013, percebeu-se que as reuniões da rede dessa região estavam vazias. O projeto Cidadania.com, através das ações da estagiária de Serviço Social, mobilizou a criação de uma oficina que pudesse trabalhar a importância da participação nesse espaço de controle social.

O tema “Participação social em prol da consolidação do controle social”, tenciona contribuir para a real efetivação da interlocução entre os diversos atores sociais envolvidos com as políticas públicas de saúde, evidenciando a importância da participação coletiva. (SILVA e MARINO, 2010, p. 2)

É nessa linha pensamento que se mobilizou a Rede Socioassistencial da Zona Oeste de São Leopoldo.

### **3 MOBILIZANDO A REDE SOCIOASSISTENCIAL DA ZONA OESTE DE SÃO LEOPOLDO: UMA INICIATIVA NO PROJETO CIDADANIA.COM**

Resgatando a história do Projeto Cidadania.com, é importante trazer os elementos que desencadearam sua criação. O Cidadania.com foi criado a partir da constatação da necessidade de obtenção de dados referentes às instituições e serviços do município de São Leopoldo, pois não existiam informações sobre as organizações públicas e não governamentais. Desta forma, em 1999, alunos e professores do extinto PRUMO (Programa de Unidades Móveis em Saúde Coletiva) idealizaram o projeto.

O primeiro projeto que foi criado em 1993 e que fazia parte do programa de extensão da universidade era composto por seis áreas de conhecimento: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Serviço Social, os quais atuavam em cinco comunidades da já mencionada zona da cidade. A partir de 2005, com a reestruturação dos serviços da Unisinos, extingue-se o PRUMO, e sob a égide da diretoria de Ação Social são desenvolvidos os programas e projetos. Em 2010, novamente, há uma necessidade de reorganização dos serviços, tendo presente a Resolução 16 de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social, que traz os parâmetros para inscrição dos serviços, programas e projetos nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Na Unisinos, os projetos foram redefinidos com algumas alterações, inclusive, nas terminologias.

No final do ano 2000, é lançado o “Manual da Cidadania”, disponibilizado para os acadêmicos e para a população leopoldense. Ressaltamos que esse guia de serviços foi organizado pela professora Rosângela Barbiani e alunos do Serviço Social atuantes no Prumo, que reuniram informações sobre duzentas organizações governamentais e não governamentais com atendimento gratuito à população. Além da versão impressa, que teve tiragem de duzentos exemplares, o “Manual da Cidadania” constituiu-se também em um banco de dados informatizado, atualizado permanentemente e disponibilizado na web.

No ano de 2001, foi promovido pelo Prumo um processo de avaliação do Manual, internamente na Unisinos junto aos demais programas de extensão, e na cidade junto aos Conselhos Municipais de Direitos e Políticas Sociais. Algumas constatações foram feitas: desconhecimento do Manual por parte das organizações da Universidade e da cidade, inexistência de outros bancos de dados com a

diversidade e amplitude de informações sobre os recursos sociais existentes no município, valorização do Manual enquanto ferramenta a ser potencializada para a articulação das organizações e serviços da Universidade e da cidade, inviabilização da versão impressa pelos custos implicados e inexistência de financiamento tanto pelo governo como pela sociedade civil.

O Cidadania.com foi disponibilizado à comunidade leopoldense e acadêmica no dia 12 de junho de 2003, em evento celebrativo dos 10 anos do Prumo, através do mesmo endereço anterior, ou seja, através de uma seção dentro da *home-page* do programa. Seu formato, entretanto, foi ampliado, tanto em relação aos serviços e organizações, como em relação a outras informações importantes para a formação e exercício da cidadania, como legislações municipais, composição dos conselhos municipais, entre outras.

Os serviços prestados pelo Cidadania.com não necessitam de pagamento e nem licença para sua utilização e possibilitam o acesso e participação crescente da comunidade nos processos implicados à manutenção desta ferramenta digital.

Atualmente o Cidadania.com disponibiliza informações de 240 organizações e serviços governamentais e da sociedade civil prestados parcial ou totalmente gratuitos à população leopoldense, se propondo a garantir os direitos sociais, afirmados no artigo 6º da Constituição Federal que descreve:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Além disso, desde setembro de 2009 conta com um blog, que operacionaliza como um articulador e facilitador das informações da rede socioassistencial do município.

Destacamos que este projeto contou por vários anos com a enriquecedora contribuição da Professora Doutora Marilene Maia, da Assistente Social Salete Kraemer e também do assistente social Paulo Ricardo Dias, que continua colaborando com o Cidadania.com, mesmo que de forma indireta. Em dezembro de 2010, o Cidadania.com foi finalista do “IV Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social” no Rio de Janeiro, ficando com a segunda colocação, o que demonstra a competência e seriedade da condução deste projeto.

Entretanto, as mudanças conjunturais da Universidade e da cidade de São Leopoldo, que se constituíram nos ambientes do projeto, apontam para as necessidades e possibilidades de sua constante reconfiguração.

O projeto Cidadania.com é pré-concebido pelo Centro de Cidadania e Ação Social da Unisinos, que visa sociabilizar informações relativas aos serviços sociais, organizações e direitos de cidadania disponíveis no município de São Leopoldo, oportunizando o acesso e controle das políticas sociais pela comunidade leopoldense (UNISINOS, 2014).

O Cidadania.com inclui-se no âmbito das ações de Proteção Social Básica, conforme a Política Nacional de Assistência Social, onde os serviços com essa característica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.

De acordo com o artigo 2º, inciso II, da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo como base a Resolução nº 27, de 19 de setembro de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social, o projeto Cidadania.com constitui-se como um projeto de assistência social de assessoramento e de defesa e garantia de direitos conforme a matriz 1<sup>1</sup>, voltada para o assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro, como também a produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos/as cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando-os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social.

Por meio da divulgação dos serviços oferecidos à comunidade, o Cidadania.com oportuniza um espaço de conhecimento, publicização, plataforma de pesquisa, acesso e controle das ações e políticas sociais de São Leopoldo pela

---

<sup>1</sup> Matriz 1: Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro. Objetivos: a) Fortalecer a participação, autonomia e protagonismo de movimentos sociais, organizações e grupos populares e de usuários; b) Identificar as potencialidades, mobilizar e organizar grupos e lideranças locais, por meio de sua articulação com a política de assistência social e demais políticas públicas; c) Subsidiar a intervenção nas instâncias e espaços de participação democrática; d) Fortalecer e qualificar as entidades e organizações quanto ao seu planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e para sua atuação na defesa e garantia de direitos.

população e organizações. Além disso, participa das Reuniões Socioassistenciais, das Plenárias dos Conselhos, assim como Grupos de Trabalhos do município, disponibilizando o espaço para socialização dos encaminhamentos e articulações dos agentes e das organizações sociais, comprometidos com os direitos e as políticas sociais da cidade.

O espaço de publicização, articulação e apresentação do projeto enquanto ferramenta de informação encontra-se hospedado no site da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, através dos endereços: [www.unisinos.br/cidadania](http://www.unisinos.br/cidadania) e [unisinos.br/blogs/cidadania/](http://unisinos.br/blogs/cidadania/)

### 3.1 A OFICINA CIDADANIA.COM: FORTALECENDO E ASSESSORANDO A REDE OESTE DE SÃO LEOPOLDO

Na mesma linha de atuação do projeto Cidadania.com, a estagiária de Serviço Social propôs e desenvolveu uma oficina de intervenção, como uma das atividades de estágio curricular obrigatório.

Maria Lúcia M. Afonso (2006) define Oficina como um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. Segundo Afonso (2003, p.83), “a Oficina tem que ser um trabalho aceito pelo grupo, nunca imposto”. Para isto, o profissional que vai intervir no grupo deve constatar a existência de uma demanda que precisa de intervenção, por meio de Oficina, sendo que a demanda não pode ser confundida com qualquer “pedido”, o profissional precisa ter então, referências ao atender uma demanda, Afonso (2003, p.84) diz que o profissional precisa antes de aplicar uma oficina: decidir, dentro de uma conduta ética, se a sua ação é desejável e defensável.

Para tanto, inicialmente visitou-se o CRAS oeste, que é a instituição responsável por organizar as reuniões da rede socioassistencial daquela região, para a negociação da proposta de intervenção. Por meio do contato com a Coordenadora desse CRAS, foi desvelado o objeto da questão social que se apresentava, que era o esvaziamento dos representantes das instituições nas

reuniões mensais da rede socioassistencial. A partir dessa visita ao CRAS, foi pensada a oficina que teve como título “Cidadania.com: fortalecendo e assessorando a rede oeste de São Leopoldo”.

Após a elaboração da oficina, iniciou-se a divulgação da mesma, quando participou-se de outra reunião da rede socioassistencial, na qual pôde-se anunciar sua existência.

Dando continuidade às ações, fez-se mais uma visita institucional ao CRAS da Zona Oeste para a reunião com a coordenadora dessa instituição, a fim de apresentar a metodologia e negociar a ação a ser realizada com os participantes das instituições dessa região. A agente de inclusão social foi a pessoa que nos atendeu, porque a coordenadora estava em outra reunião. Nesse momento, apresentou-se a ela o objetivo, a metodologia e a forma de realização da oficina. Após seu aceite, agendou-se a oficina para dia 17 de outubro de 2013 às 14 horas.

A partir desse encontro, iniciou-se um processo de mobilização para a participação da oficina.

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade.(TORO PAG,5.1996)

As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças. Convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que “contamina” todo o cotidiano. Toda mobilização é feita para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização.

A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. Como falamos de interpretações e sentidos também



compartilhados reconhecemos a mobilização social como um ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

A Mobilização Social é um processo educativo que promove a participação (empoderamento) de muitas e diferentes pessoas em torno de um propósito comum.

Um processo de mobilização não acontece espontaneamente, do nada. Ele é fruto da iniciativa de alguém que, indignado diante de algum fato, decide descruzar os braços e fazer alguma coisa. Além de indignação, pessoas, grupos ou organizações que começam uma mobilização, e que são chamados por Bernardo Toro (2004) de “produtores sociais”, também carregam consigo muito bom senso: o produtor social sabe que não pode resolver nada sozinho. E é por isso que se dispõe a compartilhar suas inquietações e seus sonhos com outras pessoas. Este encontro entre o produtor social e as outras pessoas, a comunidade, está na gênese de todo processo de mobilização. E neste momento é que a escolha por uma ou outra definição do dicionário pode fazer toda a diferença. Para fazer alguma coisa que queremos, muitas vezes precisamos “mobilizar” recursos. E este é um pouco do sentido da segunda definição: “apelar para os serviços de alguém” significa conseguir gente para fazer o que queremos, para viabilizar as nossas ideias e os nossos sonhos. Assim, a participação de todos os setores sociais (poder público, sociedade civil I e setor privado), de crianças, jovens e adultos, de mulheres e homens, negros, brancos e gente de todas as etnias tende a enriquecer e dar mais efetividade a qualquer movimento.

Com esse propósito, confeccionados convites (Apêndice B) para a oficina, que foram entregues a cada instituição da rede, postados no blog, enviados por e-mail, e também feitos através de ligações telefônicas.

O processo da entrega dos convites foi trabalhoso, mas muito interessante, pois por meio dele pode-se obter uma maior aproximação da realidade de cada instituição. Durante a visita, muitos queriam saber mais detalhes sobre o que iria ser apresentado e agradeceram por serem procurados. Além do convite, foi criada uma

lista de presença com autorização da imagem a ser preenchido no dia da intervenção. Nessa perspectiva, no próximo item, traz-se o processo da oficina cidadania.com: fortalecendo e assessorando a rede oeste de São Leopoldo.

### 3.1 O PROCESSO DA OFICINA CIDADANIA.COM: FORTALECENDO E ASSESSORANDO A REDE OESTE DE SÃO LEOPOLDO

A oficina cidadania.com: fortalecendo e assessorando a rede oeste de São Leopoldo, realizou-se no dia da reunião da rede socioassistencial, A rede socioassistencial de proteção é composta diretamente por organizações governamentais, pelos órgãos gestores municipais e pelas organizações e entidades de assistência social. O objetivo da rede é trazer crescimento e fortalecimento para muitas famílias, proporcionar a possibilidade de mudança, e pensar em conjunto e com a participação de todos. A rede atua de forma intensiva no propósito de atender os cidadãos de forma ampla.

A teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem rede sugere uma ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mutuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação. (CARVALHO, 2004, p.1)

Como as reuniões são itinerantes, o espaço escolhido foi a associação dos moradores do bairro São Miguel. Conseguiu-se mobilizar dezenove representantes das instituições da zona oeste, e a mesma teve início com a apresentação de um vídeo que tratava de um mundo melhor para todos. Após a apresentação do vídeo, o grupo foi subdividido em três. Nos três grupos foram distribuídas três citações de três pensadores que falam sobre o tema rede, para dar subsídios aos debates, e na formulação dos cartazes foram distribuídos papéis pardos para que cada grupo pudesse descrever seu entendimento sobre o tema rede (Apêndice C).

Foi distribuído aos participantes um formulário (Apêndice A), que tinha como objetivo identificar o motivo da não participação da rede. Foi dado um tempo para

que todos respondessem e, após, foi recolhido o material, que foi analisado e posteriormente dado um retorno à rede.

Ao término da oficina, convidamos aos participantes para fazer a avaliação da atividade. Os questionamentos que nortearam a avaliação foram: “que bom...”, “que pena...” e “que tal?”. Os participantes acharam bom esse momento de troca, discussão e reflexão sobre o tema rede e pensaram: “que tal se fossem colocados os anúncios das reuniões no jornal do Vale do Rio do Sinos para que toda população que lê o mesmo tenha acesso a essa informação?”, e acharam uma pena que todas as instituições da rede socioassistencial da zona Oeste não estiveram presente naquele momento.

Trazendo as respostas dos participantes da oficina, obtivemos as seguintes, descritas no formulário de avaliação:

Sobre a participação nas reuniões mensais da rede socioassistencial, treze responderam que participam com maior frequência. Oito representantes das instituições relataram que não participaram e cinco que já participaram.

Quanto à importância da realização das reuniões da rede, a maioria destacou a importância da troca de informações, do fortalecimento dos vínculos e do conhecimento dos trabalhos das instituições.

Sobre o entendimento do que é rede socioassistencial, a resposta foi que rede é um espaço de troca de informações para articular o serviço, mas o que mais se aproximou do conceito foi: conjunto de instituições públicas e organizações da sociedade civil que atuam em cada região. As avaliações sobre as reuniões da rede foram boas, positivas e necessárias, ficando claro a evidência nas respostas quanto a questão do esvaziamento.

Quanto às sugestões, obteve-se como respostas: prioridades nas pautas, para configuração de espaços de capacitações, necessidade da participação efetiva da saúde e educação e micro rede com agenda fixa.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a oficina contribuiu para que dezenove representantes das instituições se fizessem presentes na oficina já que antes compareciam apenas oito, e dessem sua contribuição, participando do debate, opinando e dando ideias de como se manter as reuniões com número maior de participantes. Foi através da oficina, que todos os participantes tiveram a oportunidade de discutir em grupos sobre as questões sociais que se apresenta na

sua região e perceberam que participando da mesma podem dialogar e encontrar os meios para que a questão social que se apresenta seja resolvida.

#### 4 CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema da participação na rede sócio assistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS. Trata-se de um relato de experiência de estágio curricular da autora no Projeto social da Unisinos Cidadania.com, quando realizou a mobilização e a execução da oficina Cidadania.com: fortalecendo e assessorando a Rede Oeste de São Leopoldo. Por meio dessas ações, foi possível fazer com que os representantes das instituições e cidadãos moradores da região oeste de São Leopoldo se conscientizassem da importância da participação dos mesmos nas reuniões da rede socioassistencial.

Dando seguimento na participação nas reuniões, pôde-se perceber o aumento significativo de membros que trouxeram suas manifestações da questão social, para que juntos fosse discutido e encontrado o melhor jeito de encaminhar para a rede, a fim de obter um resultado positivo das mesmas, os sujeitos envolvidos reconheceram nas reuniões da rede que é importante a integração participativa de todos.

A partir das reflexões aqui apresentadas, foi possível apreender as significações construídas pelos nossos interlocutores acerca da participação na experiência obtida nesse encontro de construção de novos caminhos para que a participação seja permanente nas reuniões da rede da região oeste de São Leopoldo. Desta forma, constatamos que as noções de participação construídas pelos representantes das instituições e cidadãos não são apenas de reprodução e conservação do *status quo*, de despolitização, mas também trazem possibilidades de vislumbrar novas perspectivas, empreender novas lutas e romper com a dominação em meio às fissuras existentes na própria ordem social.

Entende-se que devem ser mantidas e realizadas periodicamente as reuniões com participação dos representantes das instituições e cidadãos repetindo a metodologia de mobilização que foi aplicado para a criação da oficina, pois como se

percebeu, a estratégia de mobilização aumentou o número de participantes nas reuniões da rede sócio assistencial da Região Oeste de São Leopoldo/RS.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, M.L.M. (Org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=QZRFRVS38OAC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=QZRFRVS38OAC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false) IBGE> – Censo Demográfico. Elaboração: ObservaSinô – IHU>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- BOBBIO, N. *Teoria política e direitos humanos*. São Paulo: Rev. Filos., v. 19, n. 25, 2007. p. 361-372.
- BRASIL. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (RESOLUÇÃO 16/2010). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004*. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em: 16 set. 2012.
- CÓDIGO de Ética Profissional do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.
- COPATI, L.C. *Efetivação da cidadania através da participação no poder local*. Erechim: PERSPECTIVA, v. 34, n. 126, 2010.
- CORREA, M. V. C. Controle social na saúde. In: MOTA, A. E. et al (Orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo, Cortes. 1999.
- MACHADO. L.O.M. *Controle social da política de assistência social pela sociedade civil: caminhos e descaminhos de uma política em construção*. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008.
- OLIVEIRA, L.C. *As práticas de participação institucionalizadas e sua interface com a cultura política: um olhar sobre o cotidiano de um conselho municipal de saúde no Nordeste brasileiro*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- OLIVEIRA, L.C. PINHEIRO, R. *A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política*. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, n. 5, 2010.
- PEREIRA, P.A.P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S.; PEREIRA, P.A.P. (Orgs.) *Política social e democracia*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- RAJAS, B. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira*:  
ROJAS, B.C. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível*. 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SÃO LEOPOLDO. Cartilha da região Oeste de São Leopoldo. São Leopoldo, 2012.
- SILVEIRA, A.F. (Org.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- SPOSATI, Aldaíza. Preparo da NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS/UNESCO, 2006.
- STOTZ, E.N. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2009.
- TORO, J.B.; WERNECK, N.M. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.  
*Uma equação possível*. 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez. 2006.
- AFONSO, Maria Lucia- livro “Oficinas em Dinâmica de Grupo: Um método de intervenção psicossocial”(2006)

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO/PESQUISA

Antes de iniciar a oficina foi distribuído aos participantes um questionário com as seguintes perguntas:

1. Você representa qual instituição?

\_\_\_\_\_

2. Sobre a participação nas Reuniões mensais da Rede Socioassistencial você participa com que frequência:

( ) Sempre      ( ) Sempre que possível      ( ) Nunca

Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Já participou de algum Grupo de Trabalho (GT) da Rede Socioassistencial Oeste?

( ) Sim                      ( ) Não

4. Para você qual a importância das reuniões da Rede?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. No seu entendimento O QUE É REDE SOCIOASSISTENCIAL?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Como você avalia as reuniões de Rede?

De sugestões: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – CONVITE****CONVITE**

A Rede Socioassistencial Oeste  
convida:

**Reunião Mensal da Rede**

**Dia:** 17 de Outubro (quinta-feira)

**Horário:** 14 horas

**Local:** Associação Beira-Mar

**Endereço:** Rua Beira- Mar s/nº - Bairro São Miguel.

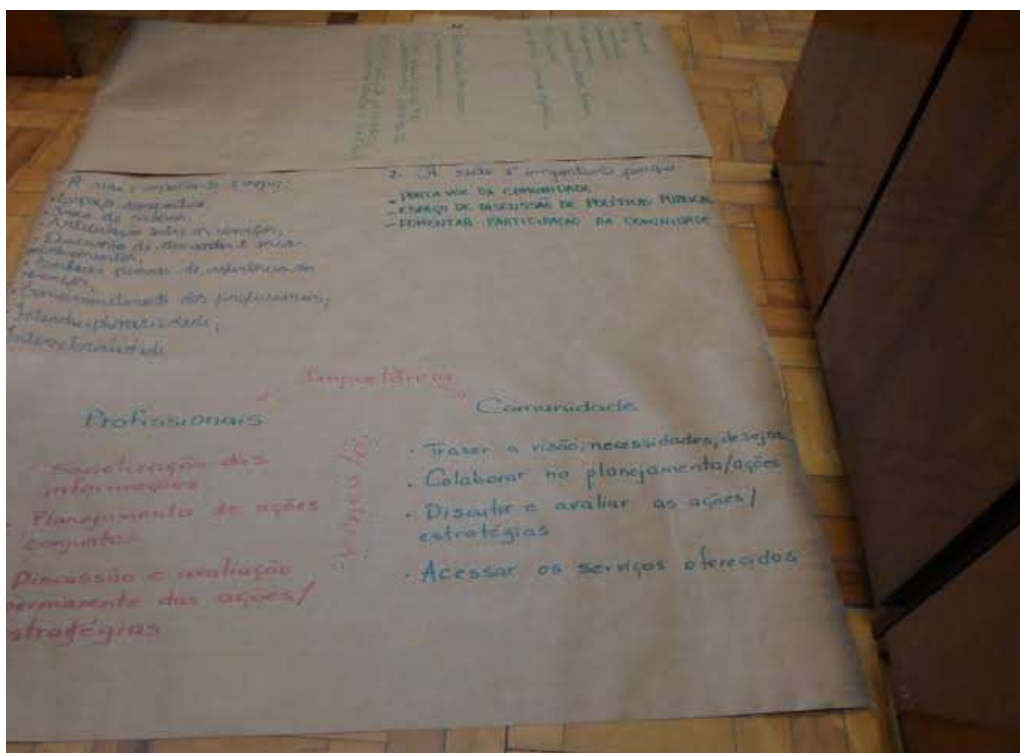
**Pautas:**

Leitura da ata anterior  
Oficina sobre Rede  
Recados/Informes.





## APÊNDICE C - CARTAZ ELABORADO PELO GRUPO



**APÊNDICE D – SUBGRUPO: DEBATE E ELABORAÇÃO DO CARTAZ**

## APÊNDICE E - AVALIAÇÃO FINAL



## ANEXO A - CITAÇÕES DOS PENSADORES

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e uma nova forma de organização e de ação (como rede). [...] uma nova visão do processo de mudança social — que considera fundamental a participação cidadã e da forma de organização dos atores sociais para conduzir o processo. [...] contém significados ideológicos e simbólicos e comportam resultados sociais políticos. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23)

Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações da assistência social (SPOSATI, 2006, p. 130).

A rede sugere uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mutuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação. (CARVALHO, 2004, p.1).

## ANEXO B - ATA SOBRE A INTERVENÇÃO

### FRAGMENTO DA ATA REUNIÃO REDE OESTE – 17/10/2013

[...]

No segundo momento foi realizada a Oficina sobre Rede ministrada pela estagiária de Serviço Social do Projeto Cidadania.com – Unisinos Marli Guterres. Marli apresenta aos participantes seu trabalho: *“Cidadania.com: Fortalecendo e assessorando a rede oeste de São Leopoldo”*. Posteriormente coloca um vídeo denominado “Educação para o mundo” e divide o grupo em três subgrupos, cada grupo teria que expor no cartaz as seguintes reflexões: qual a importância da rede para os profissionais e qual a importância da rede para os usuários/as. Após as discussões os grupos socializaram suas anotações com os demais participantes. Para finalizar foi feito uma rodada de avaliação da oficina. [...] Sem mais dou por encerrada esta ata, onde havendo concordância de todos e todas, assinaremos o livro de presença.